

# Geografia e propaganda segundo a *Historia del gran Reyno de la China* de frei Juan González de Mendonça, 1585-1586

---

*Texto compósito  
por excelência,  
a Historia de China  
faz sobretudo coincidir  
a herança informativa  
portuguesa  
– representada por  
escritos como os de Duarte  
Barbosa, João de Barros  
ou Gaspar da Cruz –  
com um conjunto  
de textos e dados inéditos  
que resultara de algumas  
das breves incursões  
nas províncias  
meridionais chinesas  
lideradas por agostinhos  
e franciscanos espanhóis,  
entre 1575 e 1582.*

**Francisco Roque  
de Oliveira**

Departamento de Geografia,  
Faculdade de Letras  
da Universidade de Lisboa.  
Investigador do Centro  
de História de Além-Mar,  
Universidade Nova de Lisboa

---



---

## 1. Proposta

---

O agostinho espanhol Juan González de Mendoza (1545-1618) ocupa, por via da celeberrima *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran Reyno de la China* (Roma, Vincentio Accolti, a costa de Bartholome Grassi, 1585; edição ampliada, Madrid, Querino Gerardo Flamenco, a costa de Blas de Robles librero, 1586), um lugar de tal modo destacado entre os aprendizes de sinólogo do século de Leonardo e de Magalhães que julgamos desnecessário conferir a sua personalidade e a sua obra com a minúcia a que nos obrigaria a generalidade dos autores seus contemporâneos igualmente responsáveis pela produção do moderno conhecimento europeu sobre a China, mas menos solicitados do que ele pela fama. Para quem quiser seguir por aí, existem sínteses de referência como as que Charles Boxer<sup>1</sup> e Donald Lach<sup>2</sup> dedicaram ao assunto. A despeito dos acrescentos que sempre lhes possamos fazer, o facto é que estas duas obras são já suficientemente correctas e completas, tornando até certo ponto redundantes novas desmontagens de fio a pavio de um texto lido e relido como a *Historia del gran Reyno de la China*.

---

<sup>1</sup> Ver Charles R. Boxer, *South China in the Sixteenth Century*, pp. LXVII-XCI e 243-310.

<sup>2</sup> Ver Donald F. Lach, "China in the eyes of Europe: the Sixteenth Century", pp. 284-301; idem, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1, bk. 2, pp. 751-794.

Assim sendo, concentraremos a nossa análise em dois pontos apesar de tudo menos frequentados. Em primeiro lugar, em vez de descansarmos na contemplação do sucesso editorial do título em causa, escolhemos tratar os aspectos relativos ao contexto que o acolheu e à circunstância, em certo sentido acidental, do selo agostinho que lhe ia apenso. Em segundo lugar, em vez da dita releitura exaustiva do conteúdo da *Historia de China* e do intrincado esquema de intertextualidades que aí ocorre, notaremos, explicando-os, os principais pontos em que a escrita de González de Mendoza ficou aquém do já conhecido, deixou de alinhar com as “ideias feitas” dos textos de referência que a precedem, ou em que parece que acelerou de forma consciente o ritmo de certas tendências discursivas também trazidas de trás. Será aqui privilegiada a análise da dimensão geográfica dos respectivos conteúdos, domínio de charneira onde julgamos ser particularmente visível a clivagem quase padronizada que existia entre, por um lado, o relativo conservadorismo informativo da generalidade dos autores não-portugueses e não-jesuítas que redigiram na Europa as suas relações sobre o mundo chinês, e, por outro, a actualização e o saber pragmático da maioria dos escritores portugueses e jesuítas estantes na periferia da China ou que, à distância, compilaram ou reflectiram sobre os dados que iam sendo remetidos do Oriente.

## 2. Entre uma mecha de arcabuz e um beijo no pé do Papa

As imagens do beijo e do arcabuz não são, em absoluto, um invento nosso. Conforme a etiqueta recomendava, na dedicatória a Fernando de Vega y Fonseca — “Del Consejo de su Majestad, y su Presidente en el Real de las Indias” — Juan González de Mendoza explica que a sua obra nascera de uma ordem de Gregório XIII, dada por volta de 1583 e depois de uma audiência em que expusera ao Pontífice o que conhecia a respeito das coisas da China. Depois, foi também por ter sabido explorar o prestígio cedido por essa encomenda que o autor da *Historia del gran Reyno de la China* conseguiu boa parte do imenso sucesso editorial que teve por toda a Europa.

Quanto à outra imagem, ela está em certo trecho do livro III da Parte II da *Historia de China* no qual Mendoza sintetiza o relato da viagem que o franciscano espanhol Martín Ignacio de Loyola empreendera à província chinesa de Fujian, em 1582. Um grupo constituído por sete missionários capitaneados por frei Jerónimo de Burgos, vários soldados espanhóis, seis nativos filipinos e um inevitável português desliza sorrateiramente de Manila em direcção ao Império proibido que está em frente. Para que nenhuma suspeita recaísse sobre as suas reais intenções, desembaraçam-se das armas e dos trajos que os pudessem delatar, ao mesmo tempo que distribuem brevíários e cruces pelas mãos de todos os tripulantes. Por inadvertência, esquecem num canto da fragata aquele acessório de bacamarte que esteve a ponto de lhes custar a vida quando, alguns dias mais tarde, foram abordados por uma vistoria chinesa. Apesar de nunca o terem utilizado, este é bem a metáfora da duplicidade de interesses que tinha estado presente nessa aventura e em relação aos quais era cúmplice a narrativa que agora a vinha divulgar<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Historia del gran reyno de la China*, Parte II, lib. III, cap. XIV, fls. 190v.-195r.

De facto, são relativamente bem conhecidos os pormenores da série de missões oficiais e semioficiais que o poder secular e as instâncias religiosas espanholas nas Filipinas lançaram na direcção da China pouco depois de terem acordado uma vaga aliança contra a pirataria com um emissário enviado pelas autoridades fujianenses à novel colónia espanhola da ilha de Lução. Tais tentativas são encetadas em 1575 pelos agostinhos Martín de Rada e Jerónimo Marín, devidamente apoiados por observadores militares como Pedro Sarmiento, *encomendero* de Buracay, e Miguel de Loarca, *encomendero* de Otón e antigo companheiro de armas do *conquistador* Miguel López de Legazpi. Em 1576, Rada e o seu confrade Agustín de Albuquerque repetem a experiência e o fracasso desse intento inaugural. Entre 1579 e 1582 ocorreram, pelo menos, três expedições franciscanas com igual destino e igual resultado. Os missionários Pedro de Alfaro e Agustín de Tordesillas, mais os soldados Francisco de Dueñas e Juan Díaz Prado, integram a primeira. Uma outra foi confiada a frei Diego de Oropesa. Um naufrágio diante da ilha de Hainão e um resgate por obra e graça de um mercador luso de Macau e dos jesuítas Matteo Ricci e Michele Ruggieri, então residentes em Cantão, fora tudo o que Oropesa lograra. Acordada com Filipe II de Espanha, a última delas era aquela que integrava Martín Ignacio. Depois de ter perdido o norte, tal expedição arriba ao Fujian, de cujos tribunais, cárceres e maus-tratos a livraria o capitão de Macau Aires Gonçalves de Miranda. Enfim, em 1582 e 1584 o jesuíta Alonso Sánchez comandou um novo par de embaixadas e teve de digerir um novo par de fiascos.

Se o proselitismo mendicante é omnipresente em todos este movimento, nunca será demais sublinhar que o mesmo foi acompanhado por um esforço contínuo pelo estabelecimento de relações comerciais entre as Filipinas e a China e pela obtenção de um entreposto em solo chinês que permitisse aos espanhóis quebrar os privilégios exclusivos de que os portugueses desfrutavam em Macau desde meados do século XVI. Mais: é também sabido que a acumulação dos citados insucessos deu novo fôlego a uma corrente que, vinda de finais da década de 1560, era favorável ao desencadear de uma campanha militar na China da qual pudesse resultar, quando não a sua conquista total, pelo menos a de algumas províncias ou cidades litorais. Em Manila, no Novo Mundo, na Península Ibérica ou mesmo em Macau respondem por esse reacender dos ânimos belicistas nomes como os de Francisco de Sande, governador das Filipinas (1576 e 1578), Diego García de Palacios, ouvidor da *Audiencia de Guatemala* (1578), frei Francisco de Ortega, agostinho das Filipinas (1582), frei Martín de Rada (1582 e 1583), frei Domingo de Salazar, bispo das Filipinas (1582, 1583 e 1586), Francisco Cabral, reitor da residência jesuíta de Macau (1583), A. Sánchez, S. J. (1583-1587), Diego de Ronquillo, governador das Filipinas (1584), Juan Bautista Román, feitor real em Manila (1584 e 1586), ou Francisco Manrique, prior do convento agostinho de Macau (1588)<sup>4</sup>. No entanto, podemos dizer que com a nomeação de Gómez Pérez Dasmariñas para o cargo de governador das Filipinas, em 1589, estão condenadas a desaparecer a curto prazo as veleidades dos derradeiros adeptos deste partido expansionista.

Sensivelmente pela mesma altura, o vice-rei de Goa e Filipe II convergem no sentido de se proceder à substituição de todos os dominicanos e agostinhos espanhóis por confrades portugueses nos conventos de Macau e de se proibir a passagem de

<sup>4</sup> Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu sobre a China*, pp. 207-226.

quaisquer religiosos das Filipinas para a China (1588-1589). Era o esboroar do sonho missionário que se pensara poder coroar o ambicioso projecto político-mercantil que as forças aquarteladas em Manila haviam gizado para a China. Pondo de parte a dimensão militar do projecto — por certo a mais irrealista de todas —, a verdade é que pouco faltou para que o exclusivo jesuíta relativo à missionação no Império do Meio, assim como os interesses do Padroado Português no Oriente aí subentendidos, tivessem sido irremediavelmente comprometidos por um sem-número de precedentes jurídicos. Referimo-nos, em particular, aos breves para a evangelização da China recolhidos em Roma pelos franciscanos Martín Ignacio de Loyola (1584) e Giovanni Battista Lucarelli da Pesaro (1585), à bula *Dum ad uberes fructus* (1586), que elevou a Custódia Franciscana de S. Gregório das Filipinas ao grau de Província e facultou a estes missionários a possibilidade de pregarem *ubique terrarum*, tal como à criação da diocese do Funai (1588), causa próxima da chuva de mendicantes espanhóis que então se abateu sobre Macau.

## Mendoza

Tal como para muitos dos seus companheiros de ofício e de nação, o interesse pela China, para o qual Juan González de Mendoza despertou um dia, foi um produto lógico desta ambiência. Natural de Torrecilla de Cameros (Logronho), Mendoza segue para o México com dezassete anos de idade na companhia de um tio. Em 1564 abandona a carreira das armas e ingressa no convento agostinho da capital da Nova Espanha. Durante cerca de nove anos estuda gramática, artes e teologia, depois do que é ordenado e passa a cumprir as funções próprias de um eclesiástico em terra de Missões. Como esse convento-sede de Michoacán se tivesse convertido em lugar de passagem muito frequentado pelos religiosos e laicos que se dirigiam das Filipinas para a Europa, ou que transitavam daqui para ali, sucedeu que Mendoza coincidissem em 1573 com o provincial dos agostinhos no arquipélago de S. Lázaro, frei Diego de Herrera. O prelado vinha incumbido pelo governo das ilhas de reportar ao rei o estado da colónia e a doutrina prevalecente a respeito da China. Por indicação do vice-rei do México, Mendoza é convocado para acompanhar Herrera até Espanha, desembarcando ambos em Sanlúcar de Barrameda a 13 de Agosto de 1574. Daí, a pequena comitiva dirige-se para Sevilha e Madrid, onde acaba por entrar em meados de Setembro.

Filipe II e o *Consejo de Indias* deram o melhor despacho à generalidade dos requerimentos apresentados — ao que parece, a todos menos ao que expunha o plano de uma embaixada espanhola ao Império do Meio —, tanto assim que em Janeiro de 1575 Diego de Herrera reembarca em Sevilha acolitado por quarenta missionários destinados às Filipinas. Por motivos não apurados, o padre Juan González acaba por ser deixado para trás à última hora, o que lhe salvou a vida porque a maior parte da missão agostinha não teve forças para passar do México e os que o fizeram viriam a ter um fim trágico ante os índios da ilha de Catanduanes<sup>5</sup>.

Da cidade andaluza, Mendoza sobe para uma temporada de estudo em Salamanca. Até 1580, é sucessivamente nomeado superior do convento de Soria, superior do convento de Granada e pregador de San Felipe del Real, em Madrid. Nesse

<sup>5</sup> Ver Fr. Gaspar de San Agustín, O.S.A., *Conquistas de las Islas Filipinas*, lib. II, cap. XXVII, pp. 472-478.

meio tempo, o alarido provocado pela chegada de um novo grupo de frades da Ordem de Santo Agostinho procedente de Manila leva a que se reequacione o assunto da embaixada à China que pairava sem solução desde 1574. A propósito, diga-se que ecoaram sinais de tal comitiva em Inglaterra, onde o atentíssimo Thomas Nicolas — o mesmo mercador retirado de um demorado convívio com os meios mercantis sevilhanos e canários que seria responsável pela tradução inglesa do livro I da *Historia do descobrimento & conquista da Índia* de Fernão Lopes de Castanheda — traduziu e fez publicar, em 1577, um folheto em seis páginas intitulado *The strange and marvellous Newes lately come from the Great Kingdome of Chyna, which adjoyneth the East Indya: translated out of the Castilyn tongue* (Londres, T. Gardyner & T. Dawson, 1577)<sup>6</sup>. Este reproduzia nada menos que um relato sobre a escala desses mendicantes na Nova Espanha, relato esse feito por um mercador mexicano a um seu correspondente andaluz em Março de 1577.

Em 1580, o rei castelhano acaba por deliberar o envio de uma missão diplomática ao imperador dos chins, a quem escreve de Badajoz uma carta com data de 11 de Junho<sup>7</sup>. González de Mendoza servia na altura como confessor de D. Antonio de Padilla y Meneses, presidente do *Consejo de Indias*, o que ajuda a explicar por que motivo foi incumbido de acompanhar os outros dois agostinhos encarregues de conduzir a embaixada a bom porto: Francisco de Ortega, então em Espanha, e Jerónimo Marín, que se lhes juntaria no México. As despedidas de Sanlúcar fazem-se em meados de Fevereiro de 1581 e a acostagem na América Central tem lugar a 6 de Junho seguinte. Só que, entretanto, tanto a conjuntura filipina como a mexicana haviam sofrido modificações e os dois legados vindos da Europa foram confrontados com a oposição do vice-rei, conde de Coruña, de Francisco de Sande, o governador cessante das Filipinas, e do próprio Marín, nada convencido da utilidade da diligência chinesa para o sucesso das Missões das Filipinas. O acumular de problemas leva a que Ortega decida fazer-se à vela para Madrid ainda em 1581, antes mesmo do assunto ser exposto à Península em termos oficiais. Mendoza permanecerá no México por mais algum tempo, ora pregando a Bula de Cruzada, ora visitando os conventos da sua Ordem por encargo do provincial. Mas a razão que ali o trouxera vem a ser declarada improcedente pelas autoridades coloniais, pelo que na Primavera de 1582 o agostinho toma, também ele, o caminho da Europa.

Como a Corte estivesse sediada em Lisboa, é nesta cidade que frei Juan González volta a colocar o pé em terra e a avistar-se com o monarca. Daqui dirige-se para uma audiência com o *Consejo de Indias*, em Madrid. No entanto, o projecto da embaixada à China está agora, mais do que nunca, dependente de outras vontades que não a sua. Nestas condições, a administração agostinha da província de Castela requisita-lhe os serviços e envia-o para Roma. É aqui que em 1584 nos reaparece nas qualidades de teólogo de um cardeal e de secretário do *General de las cosas de Indias*, bem como mergulhado no trabalho e disperso nas diligências tendentes à publicação da *Historia de China*. No ano de 1585, quando sai na Cidade Eterna a *editio princeps* desta obra, o seu autor volta a Espanha como pregador apostólico. Em 1586, consegue que o livreiro madrileno Blas de Robles lhe publique a versão revista e alargada daquele

<sup>6</sup> Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, pp. 518-520.

<sup>7</sup> Carta de Filipe II de Espanha ao imperador da China, Badajoz, 11 de Julho de 1580, Archivo General de Indias, Sevilha, t. I, *Filipinas 1537-1606*, Legajo 24, Ramo 51. Cf. *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, 9 (32), 1966, p. 22; Gonçalo Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, p. 181.

título. Antes que 1586 chegue ao fim o nosso religioso já navega para Cartagena de Índias, onde inicia um périplo de cerca de quatro anos por vários postos principais da Nova Espanha e onde talvez tenha tentado nova oportunidade para seguir para as Filipinas.

Mendoza torna a entrar em Madrid em Junho de 1590, passando a Itália em 1592 por entretanto ter sido eleito definidor pela província de Castela no Capítulo Geral da sua Ordem. Reside em Roma pelo menos até 18 de Maio de 1593, altura em que é nomeado para o cargo algo etéreo de bispo de Lipari, na Sicília. Visita vários prioratos espanhóis entre 1596 e 1598 e está presente em várias congregações de bispos em Madrid no início de 1599. No final desse ano, viaja para Sevilha como assistente do cardeal D. Rodrigo de Castro. Depois de uma nomeação intermédia como visitador geral de D. Rodrigo, exerce idênticas funções em Toledo junto do cardeal Bernardo Sandoval y Rojas. Em Maio de 1607, é eleito bispo de Chiapa, posto que abandona em Novembro de 1608 ao ser destacado para conduzir a diocese de Popayán. Até à data da sua morte, ocorrida a 14 de Fevereiro de 1618, sobram notícias de que a sua convivência com a sociedade peruana não foi das mais pacíficas e que terá tentado por vários meios a dispensa daquelas ocupações<sup>8</sup>.

### A brilhante contrafacção

Basta-nos folhear o índice de qualquer das edições da *Historia del Reyno de la China* para reconhecermos tratar-se de uma escrita de carácter compilatório ou de um exercício que assenta na reconstituição de textos alheios. Se bem que esteja fora de dúvida que o jogo intelectual de Juan González de Mendoza se situa num plano superior de sofisticação, de certa forma tinha sido essa a linha acabada de trilhar tanto pelo dominicano português frei Gaspar da Cruz no seu *Tractado em que se cõtam muito por estêso as cousas da China* — livro publicado em Évora entre 1569 e 1570 e que representou a mais importante descrição sistemática consagrada à China até então publicada na Europa — como, sobretudo, por Bernardino de Escalante no seu *Discurso de la navegacion que los Portugueses hazen à los Reinos y Prouincias del Oriente* — livro editado em Sevilha em 1577 e essencialmente credor dos principais dados sobre a China divulgados no *Tractado* de Gaspar da Cruz e em pelo menos duas das três primeiras *Décadas da Ásia* de João de Barros.

De resto, Mendoza apresenta-se em tudo muito mais como um continuador do que como um subversivo: continuador no sentido em que aproveita o vasto cabedal informativo de procedência portuguesa e jesuítica que já circulava em impresso; continuador no sentido em que tende a abordar de forma genérica as qualidades produtivas, tecnológicas ou sociais do mundo chinês, ao mesmo tempo que insiste nas virtudes do mandarinato, nas excelências da organização piramidal da sociedade ou na dimensão cultural da realidade sínica conforme a linha de raciocínio posta em letra de forma pelos inicianos desde meados do século; e, por último, continuador no sentido em que reclama para o seu objecto o maior dos rigores quando o que sustenta a respectiva pintura é ainda uma imensa pobreza de observações e de experiências no terreno.

<sup>8</sup>Gregório de Santiago Vela, *Ensayo de una Biblioteca Ibero-Americana de la Orden de San Agustín*, vol. 3, pp. 201-206; Charles R. Boxer, *South China...*, pp. LXXXVII-LXXXVIII, n. 3; pp. LXXXVII-XC; Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1, bk. 2, pp. 746-747.

Na perspectiva do leitor, quanto maior a familiaridade com um conteúdo mais espontânea tende a ser a identificação e a adesão que lhe devota. Juan González, repetiu-se, escreve quando os *encomenderos* e os missionários de Manila haviam colocado na ordem do dia o projecto da entrada na China, servindo-se para isso de todos os instrumentos publicitários que tinham ao seu alcance. Tal projecto era ainda atizado pela novidade da união das duas Coroas ibéricas, com tudo o que de aliciante trouxera para os espanhóis ultramarinos. Outro aspecto que contribuía para a premissa do tema era a hesitação papal entre a salvaguarda dos direitos da Companhia de Jesus na terra-firme da China e no Japão e a resposta positiva às expectativas que os mendicantes do *Patronato* nutriam por iguais destinos. Ajuda à consciência pública da realidade da Ásia Extrema o verdadeiro delírio popular que deflagra à passagem da desconcertante “embaixada” de quatro *dáimios* japoneses pelas principais Cortes e cidades da Europa do sul entre Agosto de 1584 e Abril de 1586, a jogada de mestre idealizada por Alessandro Valignano, o *visitatore* das Missões da Companhia de Jesus das Índias Orientais e do Japão, da qual nenhum dos grandes de Lisboa, Évora, Madrid, Múrcia, Pisa, Florença, Siena, Roma, Assis, Perugia, Urbino, Loreto, Bolonha, Ferrara, Veneza, Pádua, Mântua, Milão, Génova, Vila Viçosa ou Coimbra quis ser excluído<sup>9</sup>. Diante disto, restava a Mendoza saber tirar partido do vazio editorial suscitado pela ausência de um título em vernáculo sobre o Império chinês na maior parte dos países europeus.

Entre o faro quase jornalístico e o aproveitamento de um modelo de escrita que tanto aposta em incensar as virtudes da sociedade, da política e da cultura dos chineses como se despreocupa com o detalhe das coisas materiais ou etnográficas, o autor da *Historia de China* consegue também um espaço inédito para uma voz agostinha como era a sua. Há que dizer que a experiência só se repetirá muito mais tarde — e num contexto em tudo diferente — com a crónica de Gaspar de San Agustín intitulada *Conquista de las Islas Filipinas* (Madrid, 1698)<sup>10</sup>. O entusiasmo pela China de que Mendoza dá testemunho nos primeiros anos da década de oitenta do século XVI eclipsar-se-ia pouco depois, tendo os seus confrades optado por aprofundar a presença junto das Missões filipinas.

Foi necessário esperar pelos anos de 1680, momento em que a Coroa espanhola tenta servir-se da instalação pelo Papado de vigários apostólicos, para que a Ordem de Santo Agostinho (entre todas as ordens mendicantes, aquela que nos surge sempre mais colada ao poder régio) voltasse a mirar os agora súbditos dos Qing. O pretexto será dado pela nomeação de Alvaro de Benavente como vigário da província de Jiangxi, em 1696. Mas a verdade é que os interesses do Padroado Português já tinham sofrido um rude golpe quando a Congregação de *Propaganda Fide* indicara o dominicano Juan Baptista de Morales e o franciscano Antonio de Santa Maria Caballero como prefeitos apostólicos para a China (1643-1658). Pouco depois entravam em cena os interesses franceses por interpostas *Missions Étrangères de Paris* e com a indignação de monsenhor François Pallu para vigário apostólico de Tonquim e administrador apostólico de cinco províncias chinesas do sudoeste e do Laos (1658). Paulatinamente, a afirmação do Estado moderno e centralizado conseguira modifi-

<sup>9</sup> Ver, *inter alia*, J. A. Abranches Pinto et al., “La Première Ambassade du Japon en Europe, 1582-1592 – Introduction”, pp. VII-XXI; José Guillén Selfa, *La primera embajada del Japón en Europa y en Murcia*, pp. 66-75 e 85-94.

<sup>10</sup> Ver Santiago Vela, *Ensayo de una Biblioteca...*, vol. 7, pp. 96-104.

car a ética das legitimidades e fazer com que a antiga lógica das Ordens, que vigorara até meados de Seiscentos, cedesse diante da lógica das nacionalidades<sup>11</sup>.

Voltando à *Historia del Reyno de la China*, temos que esta vem dividida em duas partes de peso desigual, cada uma delas repartida em três livros. Na primeira, a menos extensa, frei Juan González de Mendoza concretiza uma típica sùmula geo-anropológica ou descrição geral de país. A divisão é tão padronizada quanto o mais: as “cosas notables tocantes a lo natural”<sup>12</sup>; a “religion que los moradores tienen, y de los Idolos que adoran: y de las demas cosas tocantes a lo que ellos tienen por sobrenatural”<sup>13</sup>; e tudo o respeitante “a lo moral, y politico”<sup>14</sup>. Para aqui, apoia-se de forma especial na obra de frei Gaspar da Cruz e na *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin, por otro nombre China*, o relatório preliminar que Martín de Rada alinhavara conforme instruções do governador das Filipinas, logo após a sua primeira viagem ao Fujian, em 1575<sup>15</sup>. Tal documento — ou uma cópia mais ou menos exacta dele — tê-lo-á Mendoza consultado no México durante aquele decepcionante ano de 1581 em que viu abortar a embaixada à China em que tomava parte. Este manuscrito continha algumas transcrições mais ou menos toscas de diversos livros comprados pelo missionário e pelos seus companheiros nas lojas de “Aucheo” (i.e. Fuzhou) e decididos com auxílio de intérpretes *sangleys* (chineses estabelecidos em Manila, essencialmente originários do Fujian). Mendoza aproveita e deixa no capítulo XVII do livro III da Parte I da sua *Historia* uma listagem aproximada dos “mas de 100 cuerpos de diuersas materias” adquiridos por Rada<sup>16</sup>.

Tanto a *Relacion* de Martín de Rada, como as páginas do dominicano português constituem fontes explícitas da Parte I do título de 1585-1586. Encontram-se na mesma situação a *Verdadera relacion de la grandeça del Reyno de China* de Miguel de Loarca (texto de 1575-1576 até certo ponto sobreponível ao de Rada, uma vez que a experiência que os forjou foi a mesma, se bem que também seja certo que a crónica do soldado é mais longa e mais viva que a do religioso)<sup>17</sup>. Surgem igualmente citados o *Livro* de Marco Polo (para o que diz respeito à religião e modo de vida dos tártaros)<sup>18</sup> e o *Livro das cousas da Índia* de Duarte Barbosa (a partir da versão divulgada pelo editor veneziano Giovanni Battista Ramusio no volume I da colectânea *Delle Navigazione et Viaggi*, em 1550, e para o que diz respeito ao fabrico da porcelana)<sup>19</sup>. É-o também a suposta relação endereçada em 1573 pelo capitão Diego de Artiela a Fi-

<sup>11</sup> Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, pp. 167-168; Pascale Girard, *Les Religieux Occidentaux en Chine à l'Époque Moderne*, pp. 19-22, 32-38 e 77-78; António M. Martins do Vale, *Entre a Cruz e o Dragão*, pp. 40-123.

<sup>12</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. I, fls. 1r.-20r.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. II, fls. 21r.-43r.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, fls. 44r.-116v.

<sup>15</sup> Ver Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca...*, vol. 6, p. 455; Manuel Teixeira, “Primeira missão dos Agostinhos à China”, pp. 501-503; Charles R. Boxer, *South China...*, pp. 345-346.

<sup>16</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. III, cap. XVII, fls. 89r.-91r. Ver Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca...*, vol. 3, p. 227; Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, p. 222.

<sup>17</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. I, cap. I, fl. 1v. Ver Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca...*, vol. 3, pp. 230-231; Charles R. Boxer, *South China...*, pp. 347-348; José Luís Porras, “Documentos básicos para la Historia del Asentamiento español en Filipinas en el siglo XVI”, p. 43, n. 27; Manel Ollé, *La empresa de China*, pp. 57-58, n. 41.

<sup>18</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. I, cap. I, fls. 2v.-4v. Cf. Marco Polo, *O Livro de Marco Paulo*, liv. I, cap. lvij, fls. 21r.-21v..

<sup>19</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. I, cap. X, fl. 19r.



lipe II que aparece transcrita no final do *Discurso de la navegacion* de Escalante (título que nunca se cita)<sup>20</sup>. No entanto, sabemos que esta corresponde antes às passagens alusivas à China que faziam parte da *Relacion muy singular e circunstanciada hecha por Don Alfonso de Arellano capitán del patax San Lucas del armada del general Miguel López de Legazpi*, o mais antigo texto conhecido onde um autor espanhol faz referência ao duplo objectivo de estabelecimento de ligações comerciais e de conquista da China (1565)<sup>21</sup>.

González de Mendoza é também explícito quando reconhece o aproveitamento de uma série de cartas de missionários jesuítas na China e das três narrativas autónomas que compõem os três livros da Parte II: a que trata da missão de Rada e Marín propriamente dita (livro I)<sup>22</sup>; a que descreve a viagem de 1579 dos franciscanos Pedro de Alfaro e Agustín de Tordesillas e é decalcada de um relato composto por este último (livro II)<sup>23</sup>; e a que reformula a redacção do *Itinerário* da primeira volta ao mundo dada por Martín Ignacio de Loyola entre 1581 e 1584, conforme aquele escrito do próprio onde cabe a jornada chinesa de 1582 (livro III)<sup>24</sup>. Mendoza indicia ainda haver entrevistado Jerónimo Marín na capital da Nova Espanha (de quem, à semelhança de Pedro Sarmiento, talvez tenha existido um autógrafo), ter contemplado mobiliário chinês na cidade de Lisboa em 1582, ter estudado no México ou em Espanha outros papéis e manuscritos outrora pertencentes a Martín de Rada, e ter folheado alguns livros chineses em Roma e na biblioteca do Mosteiro de San Lorenzo el Real de El Escorial. Também é seguro que transcreveu cartas avulsas de jesuítas estacionados em diversas partes da Ásia, tal como outros fragmentos do *Discurso* de Bernardino de Escalante para além da referida relação de Arellano atribuída a Artiel. À parte saber-se que Mendoza e Escalante se encontraram em Sevilha aquando da preparação da embaixada, assinala-se que ambos coincidiram em Lisboa, em 1582, para onde o segundo fora convocado pelo rei Filipe com o propósito de coadjuvar o arquitecto, cosmógrafo e matemático Juan de Herrera na confecção da *carta general* que deveria delimitar as possessões ultramarinas dos dois países ibéricos ou, tão-só, na selecção que Herrera realizou de alguns dos espécimes bibliográficos que depois seriam levados de Portugal para Espanha pelo monarca<sup>25</sup>.

Podem também caber no rol das fontes não confessas do autor da *Historia de China a Somma Orientall* do boticário Tomé Pires (a importantíssima geografia-antropologia sistemática do Oriente composta entre 1512-1515, mas cujo texto foi de novo lido na versão divulgada por Ramusio a partir de 1550), as *Décadas da Ásia* de João de Bar-

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, cap. XV, fl. 86v.

<sup>21</sup> Alfonso de Arellano, *Relacion muy singular e circunstanciada*, in *Colección de documentos y manuscritos compilados por Fernández de Navarrete*, vol. 17, pp. 178-213. Ver Manel Ollé, *Estratégias filipinas respecto a China*, vol. 1, pp. 217-218.

<sup>22</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte II, lib. I, fls. 3r.-88r.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, lib. II, fls. 89r.-146v. Atendendo à complementaridade que existe entre ambos, é mais do que pertinente proceder à comparação entre o texto de Tordesillas (na leitura de Mendoza ou conforme o manuscrito da coleção Velázquez da Real Academia de la Historia (Madrid) intitulado *Relacion del viaje q.e hicieron a China fr. Pedro de Alfaro y otros tres religiosos de S. Francº de la provº de S. Josef al año de 1579, hecha por fr. Agustín de Tordesillas*) e a *Relacion de algunas cosas particulares que vimos y entendimos en el reyno de China* de Francisco de Dueñas – isto apesar de Tordesillas demonstrar um desconhecimento da minuta de Dueñas (hipótese menos provável é a de que tenha optado por ignorá-la). Ver Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca*, vol. 3, p. 231; Fr. Paulo da Trindade, O.F.M., *Conquista Espiritual do Oriente*, vol. 3, p. 512, n. 3.

<sup>24</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte II, lib. III, fls. 147r.-243v.

<sup>25</sup> Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, pp. 790 e 819-820.

ros (neste caso, fora o que já estava em Escalante, se bem que esta hipótese não nos pareça nada evidente), tal como um ou outro nativo chinês abordado no México ou em Espanha<sup>26</sup>. Situação típica ocorre no capítulo VI do livro I da Parte I, quando o padre Juan González simula citar de uma geografia chinesa decifrada em Manila as designações das “tres medidas itinerarias” empregues naquele Império<sup>27</sup>. É que, por mais que tente, Mendoza não consegue iludir ter-se apoiado no capítulo XI do *Discurso* de Escalante, o mesmo é dizer no trecho da *Década III* onde Barros expusera — pela primeira vez em toda a literatura europeia — esse tópico das medidas lineares chinesas a partir de uma cosmografia e de mapas chineses que descodificara em Lisboa com auxílio de um intérprete chim<sup>28</sup>.

### **3. Velhas armas para um jovem propagandista: lapidagem da matéria chinesa e regresso às profecias**

Para além de um magnífico narrador, Juan González de Mendoza é um virtuoso da escrita. É fácil imaginá-lo a estender diante de si os múltiplos testemunhos que fora reunindo sobre o seu objecto, a arrumá-los por assuntos e a cruzar as diversas versões que se lhe apresentavam sobre os múltiplos temas que configuravam o retrato da China. Quando as contradições eram maiores, percebe-se ter desenhado preferências claras por certos informadores em detrimento de outros, sobretudo quando elas diziam respeito à própria qualidade dos chineses como povo. Aqui, a vantagem caiu para o lado do moderado Gaspar da Cruz e do ainda mais moderado Bernardino de Escalante — dois autores que primaram por oferecer uma imagem genericamente positiva sobre o modo de ser dos chineses, em sintonia com a maioria dos observadores portugueses que trataram de transmitir à Europa o moderno conhecimento sobre a China, sobretudo aqueles que sintetizaram impressões alheias e não foram vítimas directas das prisões e do sistema judicial chinês. Porque por regra menos contido nas censuras do que Cruz e Escalante, Martín de Rada esteve quase sempre em desvantagem neste confronto.

Contudo, há ainda dois outros factores que explicam a maior parte das opções críticas de Mendoza e o correspondente desacerto com o que temos nas principais fontes identificadas: por um lado, uma reverência pelo conteúdo — em especial pelo conteúdo estatístico — de relatórios produzidos em Manila, de documentos acabados de resgatar da China pelos *castillas* ou do que ele próprio extraíra de algumas das entrevistas que fizera a gente que tinha tido o seu próprio baptismo chinês; por outro, uma tendência para evitar a todo o custo os pontos controversos. É emblemático desta última situação o caso associado à identificação clara e inequívoca da China com o Cataio de Marco Polo, a qual fora expressamente realizada por Rada no respectivo manuscrito, mas que o autor da *Historia de China* entendeu dever desperdiçar<sup>29</sup>. Neste caso, haveria que esperar pelos primeiros anos do século XVII —

<sup>26</sup> Charles R. Boxer, *South China...*, pp. LXXII-LXXXIII, LXXIX-LXXXI e LXXXV-LXXXIX; Donald F. Lach, “China in the eyes of Europe...”, pp. 285-286; idem, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1, bk. 2, pp. 747 e 750-751.

<sup>27</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. I, cap. VI, cit. fl. 10v.

<sup>28</sup> Ver João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, fls. 44v.-45r.

<sup>29</sup> Ver Fr. Martín de Rada, O.S.A., *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin*, fl. 21r.

quando Bento de Góis cumpre o itinerário entre Lahore e a porta da Grande Muralha de Suzhou e os jesuítas Matteo Ricci e Diego de Pantoja divulgam as suas opiniões sobre a geografia da Ásia Extrema — para que ficasse assente a ideia de que o Cataio da lenda coincidia com a China e de que a majestosa Cambalu (ou Cambaluc) de Polo coincidia com Pequim.

### Geografia, governo e cronologia

A geografia da China é, justamente, uma daquelas matérias em que o padre Juan González se mostra menos à-vontade. É bom de ver que o problema está longe de resultar de um deficiente aproveitamento da visão pioneira de que Martín de Rada deu provas nesta matéria. Estamos convencidos que, mesmo que o tivesse feito, Mendoza continuaria a tropeçar aí já que a generalidade das regressões que patrocina não decorrerão tanto da ausência de elementos suficientes para a composição de um retrato menos inexacto mas, antes, de uma falta de convívio frequente e antigo com as fontes de raiz luso-jesuíta onde o respectivo processo de conhecimento há muito se vinha espraiando. Só essa lacuna pode explicar alguns dos absurdos do retrato do mundo físico chinês que tentou compor e a dificuldade em valorizar os ganhos do saber empírico que parece ter-lhe estado associada.

Logo na segunda dedicatória ao leitor, González de Mendoza deixa em suspenso a dúvida, que não mais esclarecerá, sobre se Marco Polo, no seu *Milione*, tratara dos chineses ou dos tártaros<sup>30</sup>. No capítulo XVII do livro III da Parte II, a minuta de Martín Ignacio de Loyola serve-lhe para enquadrar o reino da China entre o da Cochinchina (a sudeste), o da Tartária (a nordeste) e o do Cataio (a poente). Este, diz, seria um reino de gente branca, situado além da Pérsia, governado por Manuel e habitado por cristãos. Daí a Jerusalém, conclui, podia atravessar-se por terra, gastando seis meses aqueles que faziam essa caminhada e passavam pela Arábia Feliz e pelo Mar Vermelho<sup>31</sup>. No capítulo VIII do livro I da Parte I, repete a associação problemática que o padre Rada apresentara entre Pequim — “la ciudad de Suntien [Shun Tian]<sup>32</sup>, que en su lengua quiere dezir ciudad del cielo” — e a Quinsai (Hangzhou) do veneziano<sup>33</sup>.

Outra incongruência de tipo geográfico vem a propósito da divisão provincial do Império Ming. Talvez induzido por um atlas chinês recolhido por Rada e para ele traduzido — mas, em qualquer caso, com passagem obrigatória pelo conteúdo do *Guang Yutu* ou *Ampliação do Mapa Terrestre* de Lou Hongxian ou de outras obras baseadas em alguma, ou em algumas, das várias edições que este atlas conheceu a partir de 1555, quando foi impresso pela primeira vez —, Mendoza avança com a ideia de que dez das quinze províncias da China eram marítimas, ideia essa que não é corroborada por nenhuma das principais fontes da época. Quando o faz no capítulo VII do livro I da Parte I, escusa-se a nomear quais são essas províncias<sup>34</sup>. No entanto, ao

<sup>30</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, “[2.ª dedicatória] Al Lector”, fl. B 2v.

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, lib. III, cap. XVII, fls. 201r.-201v.

<sup>32</sup> Shun Tian fu, “cidade que obedece ao céu”, designação da cidade e prefeitura de Pequim desde a dinastia mongol.

<sup>33</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. I, cap. VIII, cit. fl. 13v. Ver Martín de Rada, *Relacion verdadera...*, fl. 23r. Cf. Charles R. Boxer, *South China...*, p. 270, n. 2.

<sup>34</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. I, cap. VII, fl. 11v.

retomar o tópic no capítulo XVII do “Itinerario y epitome” de Martín Ignacio, deixa impressa a frase que diz que na costa marítima caem cinco províncias, “que son la de Canton, Chincheo, Liampon, Nanquin, y la de Paquian”<sup>35</sup>.

Neste último capítulo, escreve também que “en medio deste Reyno [da China] esta vna laguna muy grande, de la qual salen muchos y muy caudalosos rios *que* corren por todo el”<sup>36</sup>. Sobre isto, poder-se-ia lembrar que cartógrafos portugueses como Diogo Homem, Bartolomeu Velho ou Fernão Vaz Dourado exploraram uma concepção da rede hidrográfica chinesa algo próxima desta em vários dos mapas que produziram durante as décadas de 1560 e 1570<sup>37</sup>. É também certo que essa leitura, segundo a qual o essencial do sistema fluvial do país e das partes da Ásia com as quais confinava era tributário de um grande lago interior (leitura esta que, em última análise, deriva do conceito do mítico *Chimay Lacus* divulgado por João de Barros<sup>38</sup>), não está muito distante do que se observa em mapas como *Asiae Nova Descriptio* e *Indiae Orientalis* incluídos na influente edição de 1570 do *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius. De todo o modo, o facto é que a mesma ideia aparece superada no mapa da China do português Luís Jorge de Barbuda que foi impresso por Abraham Ortelius na não menos influente edição de 1584 do seu *Theatrum*. Terá havido aqui pouco tempo para corrigir o equívoco geográfico? Talvez.

Terá sido de novo com base no referido atlas chinês, ou numa obra similar, que Mendoza tanto atreveu o cálculo inédito para o comprimento e a largura máximas da China (3000 x 1800 léguas), como uma contagem de cidades e vilas diferente de todas aquelas que conhecemos, incluindo as que vêm quer na *Relación* de Martín de Rada, quer na *Relación* de Miguel de Loarca<sup>39</sup>. Igual se terá passado quando tentou uma aproximação ao número de contribuintes e aos montantes colectados pelo Estado, embora também aqui surjam alguns pontos de contacto tanto com o que fora escrito por Rada como com o que fora dito por Loarca<sup>40</sup>. Um pouco como Rada (e também Loarca), Mendoza realiza o estatuto particular das províncias metropolitanas de Pequim e Nanquim ao dizê-las sob a tutela do “côsejo supremo del Rey, mediante ministros que a ellas se enbian”<sup>41</sup>. Equivalendo ao que Gaspar da Cruz averbava ao averiguar de forma inovadora para a época sobre a natureza do funcionariado local subalterno<sup>42</sup>, frei Juan González pode vangloriar-se de haver entrevisto como ninguém até aí — nem mesmo um autor particularmente bem informado sobre esse tópico como o anónimo responsável pela chamada *Enformação de algumas cousas acerca dos costumes e leys do reino da China*, a qual foi despachada de Malaca para Roma em finais de 1554 por iniciativa do superior jesuíta Melchior Nunes Barreto<sup>43</sup>

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, lib. III, cap. XVII, cit. fl. 202v.

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, lib. III, cap. XVII, cit. fl. 202r.

<sup>37</sup> Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, pp. 832-843.

<sup>38</sup> Ver João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. V, fls. 37r.-37v.

<sup>39</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. I, cap. VI, fls. 10r.-10v.; idem, *ibidem*, Parte I, lib. I, cap. VIII, fls. 12r.-12v. Cf. Martín de Rada, *Relacion verdadera...*, fl. 22v.; Miguel de Loarca, *Verdadera relacion de la grandeza del Reyno de China*, Parte II, cap. II, fl. 139r.

<sup>40</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. III, cap. III, fls. 52r.-53r.; idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, cap. IV, fls. 53r.-55r. Cf. Martín de Rada, *Relacion verdadera...*, fls. 23v.-24r.; Miguel de Loarca, *Verdadera relacion...*, Parte II, cap. XI, fl. 150r.; Charles R. Boxer, *South China...*, p. 277, n. 2.

<sup>41</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. III, cap. IX, cit. fl. 66r. Ver Martín de Rada, *Relacion verdadera...*, fls. 22r. e 23v.-24r.; Miguel de Loarca, *Verdadera relacion...*, Parte II, cap. I, fl. 138r.

<sup>42</sup> Ver Fr. Gaspar da Cruz, O.P., *Tractado em que se cõtam muito por estẽso as cousas da China*, cap. XVI, pp. 840-843.

<sup>43</sup> Ver *Enformação de algumas cousas acerca dos costumes e leys do reino da China*, p. 744.

— a função supervisora, o protocolo e a orgânica do poder central, repartido entre os seis membros do Grande Secretariado e os seis ministros da Corte<sup>44</sup>. Depois, deparamos com uma caracterização da Cidade Proibida a qual, pese embora as prováveis soluções retóricas e a melodia poliana, pelo menos indicia um esforço genuíno para reproduzir uma imagem<sup>45</sup>. Deparamos também com uma leitura muito correcta do sistema de vigilância mútua (*pao-chia*), a estrutura burocrática, coerciva e delatatória através da qual se tentava prevenir o crime e a instabilidade em cada uma das células de vizinhança de um agregado urbano<sup>46</sup>.

Ao contrário do que vimos para as fronteiras ou para os grandes traços da rede fluvial da China, é patente em toda esta derradeira série de ensaios a intenção, ou a capacidade, de actualizar o saber da herança, mesmo da mais moderna. Não obstante, nada há aqui que se compare com o que o frade agostinho logrou fazer ao abordar o tema da cronologia chinesa. O seu confrade Martín de Rada introduzira a ideia de que o povoamento original do reino de “Taibin”<sup>47</sup> acontecera pouco depois do Dilúvio, tal como repudiara o carácter fabuloso das crónicas dinásticas que fizera traduzir e começara a contagem da respectiva História pelo reinado de Yu, o Grande (Da Yu), o fundador da dinastia neolítica dos Xia (tradicionalmente, 2205 a. C.-1766 a.C.)<sup>48</sup>. Rada omite a segunda (Shang) e a terceira (Zhou) dinastias oficiais e não fornece a lista completa dos imperadores nem dados exaustivos a respeito da duração dos vários reinados<sup>49</sup>. Mas quer o que deu, quer o mais que Juan González de Mendoza retirou de outras fontes, fizeram com que este continuasse a pesquisa nessa direcção e, assim, alargasse a biografia dos imperadores e confirmasse a aposta na compatibilidade entre as cronologias chinesa e bíblica. Sem desprimor do contributo de Martín de Rada, podemos considerar que o tema que apaixonaria Matteo Ricci, Álvaro Semedo, Martino Martini, Gabriel de Magalhães, Blaise Pascal, Antoine Gaubil, Louis Leclerc de Buffon, Phillipe Couplet, Joachim Bouvet, Melchisedec Thévenot, Joseph Henri Marie de Prémare ou Nicolas Fréret acabou por ser desencadeado por Mendoza com uma frase quase cândida: “Por cosa muy cierta se tiene entre los moradores deste Reyno que los primeros que le habitarõ y fundaron fueron los nietos de Noe”<sup>50</sup>.

## Riqueza, isenção e vigilância

Do objectivo acréscimo de conhecimento introduzido por Mendoza na *Historia de China*, assim como do erro por inércia em que também incorre, passamos a uma ter-

<sup>44</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. III, cap. VIII, fls. 63v.-66r.; idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, cap. IX, fls. 66r.-69v.; idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, cap. X, fls. 69v.-74v. Ver Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1, bk. 2, p. 756, n. 116.

<sup>45</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. III, cap. II, fls. 49v.-52r.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, cap. X, fls. 73r.-73v. Ver Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1, bk. 2, p. 760, n. 135; Martin King Whyte & William L. Parish, *Urban Life in Contemporary China*, p. 231, n. 1; Peter K. Bol, “Government, Society, and State: On the Political Visions of Ssu-ma Kuang and Wang An-shih”, pp. 168-169. Para uma transposição moderna do sistema de vigilância mútua na China, da qual se podem retirar várias lições em retrospectiva, ver Martin King Whyte & William L. Parish, *Urban Life...*, pp. 9-26 e 231-273.

<sup>47</sup> Vernáculo de Amoy (= Xiamen) para Ta Ming ou Grande Ming.

<sup>48</sup> Ver, *inter alia*, Kristofer Schipper, “Yu le Grand, empereur (~Ile mill.)”, pp. 800-801.

<sup>49</sup> Ver Martín de Rada, *Relacion verdadera ...*, fls. 21r. e 24v.-25r.

<sup>50</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. I, cap. III, cit. fl. 4v.; idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, cap. I, fls. 44r.-49v.; idem, *ibidem*, Parte II, lib. III, cap. XVII, fl. 203v. Ver Charles R. Boxer, *South China...*, p. 279, n. 5; Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1, bk. 2, p. 783.

ceira característica fundamental da sua escrita. Define-a o empolamento literário de motivos presentes em textos-síntese como os de Cruz ou Rada feito, ao que tudo indicia, sem outro propósito que o de reforçar a ideia corrente sobre a excelência chinesa. É esse o sentido da garantia de que a fertilidade da China “es sin duda la mayor que se sabe de todo el mundo, aunque metamos en el el Peru y Nueva España, que son dos Reynos celebrados por fertilísimos”<sup>51</sup>. É esse o sentido da suposta opinião forjada por Martín Ignacio e pelos seus acompanhantes no caminho para Fuzhou e traduzida pela ideia simétrica de que “vieron tantas curiosidades y riquezas, que juzgaron esta tierra por la mejor del mundo”<sup>52</sup>. É esse o sentido da apologia do trabalho e da indústria dos naturais, ao parecer tanta “que ni perdonan valles, ni sierras, ni riberas donde no planten, y siembren, todo aquello que entienden que la tierra podra lleuar y producir”<sup>53</sup>. É esse o sentido da leitura enviesada das crónicas locais que leva a que se afirme que naquele Império não havia lembrança de pestilências e que as fomes só aconteciam em “ocasiones accidentales”<sup>54</sup>. É esse o sentido das alegações inventivas de que o autor possuía um livro chinês estampado há mais de quinhentos anos e de que teria visto muitos outros idênticos àquele “assi en las Indias, como en España, e Italia”<sup>55</sup>. E talvez tenha sido esse o sentido da notícia intercalada a partir da edição de Madrid de 1586 que dá a entender que um navio daquele país aportara no México no ano anterior, de onde os tripulantes haviam seguido com as “cosas muy curiosas” que traziam “hasta llegar a España, y aun a otros reynos mas remotos”<sup>56</sup>.

A par destas hipóteses, surgem-nos omissões que quase sugerem um propósito censório ou uma autocontenção equivalente a isso, sendo paradigmático o caso que envolve os eunucos. Uma das poucas manchas no retrato dos chineses pintado por Gaspar da Cruz no seu *Tractado* dissera respeito à corrupção que grassaria entre os capados da Corte<sup>57</sup>. É certo que Escalante viera depois elidir esse particular, mas será também tudo menos inocente que Mendoza não só não emita qualquer reparo à fraqueza moral por regra apontada àqueles cortesãos, como nem sequer os refira. Sobre o problema em causa, o mais que faz é minimizá-lo ou, então, tornar implícita a sua existência através do relato das medidas que correntemente eram tomadas para o prevenir entre os oficiais: “Paga a todos ellos el Rey bastâtes salarios, porque es vedado, so grauisimas penas, el lleuar derechos, o cohechos a los pleyteantes: y lo mesmo, y mas estrechamēte es prohibido a los juezes”<sup>58</sup>. Em qualquer caso, até aqui pecava por excesso porque se uma coisa sucedeu aos mandarins dos Ming foi o serem os mais mal pagos de todas as dinastias chinesas<sup>59</sup>.

Prosseguindo, constatamos que já não há nem uma simples acumulação, nem uma

<sup>51</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. I, cap. II, cit. fl. 4r.; idem, *ibidem*, Parte I, lib. I, cap. IV, fl. 8v. Cf. Martín de Rada, *Relacion verdadera...*, fl. 17v.

<sup>52</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte II, lib. III, cap. XV, cit. fl. 198r.

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. I, cap. III, cit. fl. 5r.; idem, *ibidem*, Parte II, lib. II, cap. VII, fl. 119v. Cf. p. ex. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. X, pp. 821-822.

<sup>54</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte II, lib. III, cap. XVII, cit. fl. 203v. Cf. p. ex. Fernando Lopes de Castanheda, *Historia da Índia* [vol. 1], liv. IV, cap. XXIX, p. 919.

<sup>55</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. III, cap. XVI, cit. fl. 88v.

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, cap. VII, cits. fl. 62v.

<sup>57</sup> Ver Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XVII, pp. 843-845.

<sup>58</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. III, cap. X, cit. fl. 70v.

<sup>59</sup> Ver, *inter alia*, Hiroschi Hino, “A concepção da China na Europa quinhentista e a sua transformação”, p. 28; Hiroschi Hino, “O conceito da China na Europa quinhentista e a sua transformação”, pp. 171-174; Jitsuzo Tamura (ed.), *Saigo no Tōyō-teki Shakai*, Tóquio, 1975, pp. 273-275; ref. in Hino, *ibidem*, p. 175, n. 21.

simples amplificação nem uma simples selecção de conteúdos feita a pensar na *utilitas causae* quando se toma o conjunto de elementos que a *Historia del Reyno de China* faculta a respeito da matéria militar. Neste capítulo, González de Mendoza nunca é categórico: se é certo que relativiza a coragem dos soldados chineses, também se desdobra na apresentação de números relativos às tropas estacionadas em várias províncias e no conjunto do Império, ao mesmo tempo que não poupa elogios à disciplina dos militares ou à fortaleza das muralhas de muitas cidades. Uma das explicações para o sucedido poderá advir dele ter pretendido demarcar-se das teses belicistas então em voga entre muitos dos seus compatriotas e de, para isso, ter concluído que o meio mais eficaz seria o de conseguir dizer, num tom aparentemente desinteressado, da absoluta inexpugnabilidade do Império Chim<sup>60</sup>.

Assim, lemos que o respectivo príncipe “tiene el mesmo cuydado en la preuencion, que si tuuiera muchos, y muy grandes enemigos de quien guardarse, o a quien ofender”<sup>61</sup>. Lemos que, apesar de não usarem castelos ou fortalezas, os chineses têm grandes muralhas e baluartes em volta das suas cidades e que estas são protegidas por artilharia e vigiadas à noite por rondas metódicas de sentinelas<sup>62</sup>. Somos informados em detalhe sobre as normas de recrutamento das tropas e o tipo de armas de guerra que usam<sup>63</sup>. É-nos assegurado que só as províncias marítimas dispõem da capacidade de “juntar mil nauis de guerra, y todos dedicados a ella, como en España diez”<sup>64</sup>. É-nos descrita a cena protagonizada por “cosa de veynte mil soldados piqueros y arcabuzeros” em manobras num prado dos arrabaldes de Fuzhou<sup>65</sup>. Vem-nos dito que quer as deficiências da sua cavalaria, quer um ânimo ou uma valentia que estariam um pouco aquém da dos soldados da Europa são compensados por uma ordem irrepreensível, pelo grande concerto com que escaramuçam, pela manha, pela astúcia e por um número de efectivos pouco menos que suficiente para empreender a conquista do mundo. Os valores esmagadores facultados a propósito apresentam-se inclusive algo inflacionados em relação ao que Martín de Rada conseguira pouco antes, o que leva de novo a presumir o recurso a uma segunda fonte trazida de Manila: 5 846 000 soldados a pé e 948 350 a cavalo<sup>66</sup>.

### “Castillas” e sotainas

Para concluir a leitura da *Historia de China* de frei Juan de Mendoza, consideramos que são reconhecíveis duas áreas nas quais o autor revela com particular clareza que a China não constitui para ele tanto uma questão técnica, mas sobretudo uma questão idiomática. A primeira — em qualquer caso bem menos carregada de consequências para a ordem do discurso que a segunda — confere com o programa patriótico. Por uma vez, dir-se-ia que a lógica nacional impera sobre a lógica de Ordem.

<sup>60</sup> Ver Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1, bk. 2, pp. 790 e 793-794; Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, pp. 207-225.

<sup>61</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. III, cap. V, cit. fl. 55v.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, cap. V, fls. 55v.-56r.; idem, *ibidem*, Parte II, lib. I, cap. XVI, fl. 43v.; idem, *ibidem*, Parte II, lib. III, cap. XVII, fls. 206r.-207r.

<sup>63</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, cap. V, fls. 55v.-57v.; idem, *ibidem*, Parte II, lib. III, cap. XVII, fl. 206r.

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, lib. III, cap. XVII, cit. fl. 203r.

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, lib. I, cap. XXVIII, cit. fl. 73r.

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, cap. V, fls. 56r.-57v.; idem, *ibidem*, Parte I, lib. III, cap. VI, fls. 58r.-60r.; idem, *ibidem*, Parte II, lib. III, cap. XVII, fls. 206r.-207r. Cf. Martín de Rada, *Relacion verdadera...*, fls. 23r.-23v.

Sem sombra de hesitação, o agostinho espanhol começa por afirmar no parágrafo que abre o capítulo I do livro I da Parte I que a única descoberta “por clara, y verdadera noticia” daquele reino acontecera dez anos antes graças à iniciativa de Guido de Lavezaris, governador das Filipinas, e à jornada que Rada, Sarmiento, Loarca e demais companheiros haviam realizado em 1575. Quanto às décadas de frequentação lusa e à evidência escancarada de Macau, tratava-se, advoga, de um conjunto de precedentes de somenos importância, uma vez que daí não se teria extraído mais do que uma série de notícias desencontradas sobre o mundo chinês<sup>67</sup>. Por outro lado, se um autor como João de Barros fizera notar que os chins consideravam que eles próprios tinham “dous ólhos de jntendimẽto acerca de todallas cousas, & nós os da Európa depois que nos comunicará temos hum ólho, & todollas outras nações sam cegas”<sup>68</sup>, Mendoza (que, como dissemos, o terá lido via Escalante) prefere escrever que os “tan claros ingenios, y tan buenos entendimientos” dos homens chineses os levavam a dizer que “las demas naciones del mundo son ciegas, excepto los Españoles, a quien de poco aca hã conocido”<sup>69</sup>.

O desígnio da entrada pacífica dos mendicantes na China, de que Mendoza se confessa vezes sem conta incondicional adepto nas páginas da sua *Historia*, condiciona o aparecimento do segundo nível temático em que a forma final quase se desentende das provas empíricas para passar a ser primeiramente construída com base no programa do sujeito da escrita. Claro que outros autores, como foi o caso do também missionário Gaspar da Cruz, não resistiram a vários expedientes mais ou menos triviais que o padre Juan se apressa a repor.

Um desses recursos vem dito do seguinte modo no prólogo de um capítulo sintomaticamente intitulado “De lo poco en que estiman los Idolos que adoran”: “Tienen estos miserables Idolatras en tan poco a sus Dioses, que da gran confiança de que llegando a tener entrada la ley Euangelica en aquel Reyno, los dexarian muy presto con las supersticiones, en particular de echar suertes cosa muy vsada en todo aquel Reyno”<sup>70</sup>. Outro consistia em fazer crer que bastaria seduzir a cúpula do poder para que os fracos se convertessem: “Lo que se ha entendido destes Chinos es, que aunque tienen muchos errores gentilicos, serian faciles de reduzir a nuestra fe, si huuiesse libertad para predicarsela, y ellos la tuuiessem para recibirla”<sup>71</sup>. Um terceiro, mais do que à prosa dos religiosos das Missões, faz-nos recuar à de dois dos portugueses feitos prisioneiros em Cantão do início do século, Cristóvão Vieira e Vasco Calvo. Em algumas das cartas que escreveram entre 1534 e 1536 — e onde tantas vezes a divulgação dos conhecimentos sobre a China foi subordinada à lógica dos argumentos que entenderam dever passar aos seus compatriotas para que estes os viessem socorrer — vislumbraram eles uma espécie de pacto latente entre iguais capaz de subverter a ordem estabelecida no Império que os tinha cativos, raciocínio

<sup>67</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. I, cap. I, cit. fl. 1r.

<sup>68</sup> João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, cit. fl. 46r.

<sup>69</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. II, cap. V, cit. fl. 30r. Escalante leu Barros da seguinte forma: “[...] y hazen [os chineses] cõ esta manera de gouierno tanta estimacion de su prudencia, à imitacion de los Griegos, que osan dezir que ellos solos tienen dos ojos, y los de Europa vno despues que los comunican: y que todas las demas naciones son ciegas” — Bernardino de Escalante, *Discurso de la navegacion que los Portugueses hazen à los Reinos y Prouincias del Oriente*, cap. XIV, cit. fl. 88r.

<sup>70</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. II, cap. III, cit. fl. 26v. Cf. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XXVII, p. 881-882.

<sup>71</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte II, lib. III, cap. XVIII, cit. fl. 208r.



que não andou muito longe do que Mendoza expôs assim: “En la gente plebeya no auria esta dificultad [de Deus os tocar], antes abraçaran con gran contento nuestra santa Ley, porque sera causa de libertarlos de la tyrania del demonio, y de los juezes y señores que los traton como a sus esclauos”<sup>72</sup>. Um quarto expediente estava em louvar a capacidade de discernimento dos nativos, tão promissora que — qual frei Gaspar na ocasião em que derrubara a golpes os ídolos venerados num templo chinês e lograra sair ileso da inconsciência<sup>73</sup> — quando Martín Ignacio de Loyola um dia os admoestou em pleno acto de adoração aos ídolos nenhuma represália lhe tinha sido feita “o por tenerle el principal por hombre loco, o lo que es mas creyble, por hauer obrado Dios con su sieruo, y querido pagarle el seruicio que le auia hecho boluiendo por su honra, con templar la furia de aquel hõbre, y darle conocimiento de que era reprehendido con razon”<sup>74</sup>. Seja como for, Mendoza trabalhou para superar a relativa fragilidade destes argumentos, conseguindo sentidos ainda mais problemáticos ou envidados para algum do material que alimentava a sua escrita.

Numa das dedicatórias que lhe eram dirigidas, o leitor desprevenido topava com o aviso de que “el rey dela China, cõ gana de recibir el, y los de su Reyno la fe Catholica, y doctrina del Euangelio, hã embiado a pedir religiosos: y en especial de la Ordẽ de S. Augustin, *que* fuerõ los primeros descubridores deste grã Reyno, y los *que* primero entraron en el”<sup>75</sup>. Dava-se como garantia de tal pedido uma carta acabada de chegar das Filipinas e assinada pelo padre Andrés de Aguirre, o provincial do arquipélago.

Se bem que um pouco mais matizada do que no texto deste preâmbulo, a intencionalidade política aí implícita ressurgiria adiante, quando se citasse uma missiva enviada de Macau para Manila por frei Pedro de Alfaro no início de 1580. O franciscano afirmava aí ter sido convidado pelo bispo do enclave português para seguir “con muchos compañeros” para a Cochinchina na sequência de uma visita que o respectivo rei ali viera fazer “a pedir sacerdotes que los doctrinassen, y bautizassen con tanta determinacion, y ganas de ser Christianos, que en algunas partes tenian ya cortada la madera para hazer las Yglesias”<sup>76</sup>.

Sobre este último caso, devemos começar por referir ser um facto que Nguyên Hoàng, o príncipe soberano da Cochinchina, formula, de modo mais ou menos explícito, convites desta natureza numa altura em que procura estabelecer uma rede de apoios internacionais que lhe amparassem o poder que acabara de conquistar. Confrontado com a necessidade de conservar a autonomia das províncias do sul do Dai-Viet quer face aos seus suseranos do norte, quer face aos Chams do sul, volta-se para as rotas marítimas do Mar da China e repete ofertas de facilidades comerciais e navais na região de Tourane aos portugueses. Os aventureiros e mercadores lusos aí estabelecidos fazem eco destas ofertas, reclamando a vinda de religiosos da “religião dos Portugueses”<sup>77</sup>.

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, lib. III, cap. XVIII, cit. fls. 209v.-210r. Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, pp. 442-451.

<sup>73</sup> Ver Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XXVII, p. 881-882.

<sup>74</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte II, lib. III, cap. XVIII, cit. fl. 209r.

<sup>75</sup> Idem, *ibidem*, “[1.ª dedicatória] Al Lector”, cit. s. fl.

<sup>76</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, lib. II, cap. XV, cits. fl. 145v.

<sup>77</sup> Ver carta de Pedro de Alfaro a Juan de Ayoza, Cantão, 13 de Outubro de 1579, in *Sinica Franciscana*, t. 2, *Relationes et epistolas Fratrum Minorum saeculi XVI et XVII*, Quaracchi-Florença, 1933, p. 182; carta de Pedro de Alfaro a Agustín de Tordesillas, Macau, 20 de Novembro de 1579, in *ibidem*, t. 2, 1933, p. 52; Roland Jacques, *De Castro Marim à Faifo*, p. 130, n. 303.

Apesar da modéstia daquele interlocutor asiático, os portugueses acabam por se interessar pelo convite, sobretudo a partir do momento em que dão por perdido o estabelecimento de novos laços com a baixa planície do Mecão. Dois outros factores cedo contribuem para dar continuidade à aposta num novo aliado na Baixa Indochina: a união das Coroas ibéricas (emulação do modelo expansionista espanhol e simples necessidade de buscar contrapesos político-militares) e as transformações da conjuntura regional (o progresso da islamização no Champá e a restauração da independência do Sião face à Birmânia, em 1584, levam o Camboja a reclamar apoios junto dos hispânicos para resistir à tenaz). No entanto, é desde logo certo que quando Alfaro escreve em prol de uma Missão vietnamita não conhece — ou não quer conhecer — o parecer desfavorável que os superiores franciscanos de Manila se apresaram a dar, apelando para tanto à obediência ao rei castelhano e ao respeito pela delimitação papal: “En estar ay sin licencia de su Mag.d hacen contra la bulla de Alexandro VI. Su Mag.d como christianissimo ordenará lo que mas combine”<sup>78</sup>. O final do episódio é conhecido: depois de Pedro de Alfaro e do seu companheiro Giovanni Battista Lucarelli terem sido acolhidos, em Novembro de 1579, pelo bispo de Macau D. Melchior Carneiro Leitão, entre 1580 e 1581 os comerciantes e as autoridades civis do território português forçaram a partida de Alfaro para a Índia (por triste ironia, morto num naufrágio diante das costas da Indochina) e a prisão de Lucarelli, dado por mentecapto quando insistiu em regressar a Cantão para evangelizar<sup>79</sup>.

### Miragens de S. Tomé

Outro dos recursos que Juan González de Mendoza emprega para aplanar as perspectivas dificultosas que, como acabou de se ver, apesar de tudo não se escondiam dos potenciais missionários da China, passou por desvalorizar o grau de idolatria reinante. Daí, por exemplo, que o ritual dos ofícios, das orações e das oferendas que os chineses faziam em honra dos seus mortos aconteça para Mendoza dentro de portas e não nos templos. Daí, também, que este circunscreva à gente plebeia a crença em “patrañas” como a de que as almas dos que viveram mal passam uma temporada expiatória no corpo de búfalos ou de outras animálias antes de seguir para o inferno e de que as almas dos que viveram bem são servidas e regaladas no corpo de reis e senhores<sup>80</sup>. Enfim, o corolário desta estratégia consistiu na reposição inequívoca da teoria profética segundo a qual os chins tinham conhecido a religião cristã por intermédio de S. Tomé. Tratava-se de uma ideia que surgira de forma episódica nas fontes da Companhia de Jesus da década de 1540, mas que fora colocada de lado pelos cronistas portugueses da Expansão no Oriente logo no início da década seguinte, em consonância com o pensamento entretanto dominante entre os jesuítas do Padroado, que a haviam invalidado depois de concluírem que contrariava todas as evidências recolhidas no

<sup>78</sup> Carta de Agustín de Tordesillas a Pedro de Alfaro, Manila, 17 de Maio de 1580, in Roland Jacques, *De Castro Marim à Faifo*, cit. p. 130, n. 304.

<sup>79</sup> Ver Manuel Teixeira, “Os franciscanos em Macau”, pp. 309-323; idem, *Macau no séc. XVI*, pp. 51 e 58; Paulo da Trindade, *Conquista Espiritual do Oriente*, vol. 3, p. 376, n. 1; p. 511, n. 1; Gonçalo Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, pp. 126-132; Roland Jacques, *De Castro Marim à Faifo*, pp. 129-131; Jacques Nepote, “Indochina”, pp. 134-139; Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, pp. 167-168 e 211-219.

<sup>80</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. II, cap. VI, cit. fl. 34r.; idem, *ibidem*, Parte I, lib. II, cap. VI, fls. 33v.-34v.

terreno<sup>81</sup>. Ora, a despeito das dúvidas que mesmo Gaspar da Cruz e Bernardino de Escalante haviam manifestado a propósito<sup>82</sup>, a Mendoza este terá parecido o jogo intelectual mais eficaz para aproximar aquela estranhíssima e desconhecidíssima parte do Oriente das coisas próximas e familiares do Ocidente<sup>83</sup>.

Há que reconhecer que tal jogo não se joga sem trazer na rede, limpas de qualquer aparente excesso de manipulação intencional, algumas novidades sobre os cultos chineses. Tal é o caso da correspondente a Huang Di (o imperador amarelo), o primeiro patriarca taoísta da lenda, e a alguns dos seus acólitos<sup>84</sup>. A *Relación* de Martín de Rada sustentou-o neste ponto, tanto quanto o fez (no todo ou em parte) a respeito de diversas deidades budistas que González de Mendoza nos descreve como verdadeiros exemplos de vida — eremitas, castas, quase santas<sup>85</sup>. Quase insuspeita nos parece também grande parte da larga digressão pela cosmologia taoísta que preenche o capítulo V do livro II da Parte I. De qualquer modo, tal impressão altera-se no momento em que o agostinho, tentando a síntese, anota: “De lo arriba dicho parece ser muy verosimil *que* el apostol S. Thomas predico en la China, de dõde se puede presumir *que* quedo impresso en sus coraçones todo aquello que hemos visto, y veremos que tiene apariencia de verdad, y conformidad con las cosas de nuestra santa fe Catolica”<sup>86</sup>.

Apesar do muito que bebeu em frei Gaspar ou no padre Bernardino, os termos do exercício proposto por Juan González de Mendoza para resgatar a crença numa antiga evangelização da China apagada pelo tempo fazem-nos regressar, como acabámos de dizer, ao espírito de jesuitas de outras eras, como Francisco Xavier e Niccolò Lancilotto — a Xavier, que em 1546, a propósito de uma vaga notícia sobre as práticas de certas comunidades estabelecidas nos confins do Império chinês, colocara a hipótese destas serem herdeiras do apostolado de S. Tomé<sup>87</sup>; e a Lancilotto, que em 1548, na altura em que era superior do Colégio de S. Paulo de Goa, sugerira que a suposta semelhança existente entre muitos dos costumes dos chineses e dos europeus decorreria de ter continuado a ser praticado na China um cristianismo de linhagem assíria<sup>88</sup>. No livro IV da *Historia da Índia* (1554), Lopes de Castanheda ainda retoma o essencial destas ideias e a ambição subjacente de identificação de “cristandades exteriores” à europeia, sendo que, no seu caso, tal se traduziu num raciocínio que quase fez do budismo um duplo semipagão do nestorianismo<sup>89</sup>. Até que Mendoza voltasse

<sup>81</sup> Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, pp. 883-886 e 910-911.

<sup>82</sup> Ver Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XXVII, p. 878; Bernardino de Escalante, *Discurso de la navegacion*, cap. XV, fls. 92v.-93v.

<sup>83</sup> Ver, *inter alia*, Pascale Girard, *Les Religieuses Occidentales en Chine...*, pp. 19-21.

<sup>84</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. II, cap. II, fls. 23v.-24r. Ver, *inter alia*, Kristofer Schipper, “Taiöisme”, pp. 699-701; Anthony Christie, *Chinese Mythology*, pp. 72-73 e 76.

<sup>85</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. II, cap. II, fls. 24r.-26r. Cf. Martín de Rada, *Relacion verdadera...*, fl. 29v.; Miguel de Loarca, *Verdadera relacion...*, Parte II, cap. VII, fls. 146r.-148r.

<sup>86</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. II, cap. VI, cit. fls. 32r.-32v.; *idem, ibidem*, Parte I, lib. II, cap. V, fl. 30r.-32r.

<sup>87</sup> Informações do Pe. Francisco Xavier para a Europa, Amboíno, s.d. [10 de Maio de 1546], in *Documentação para a História das Missões - Insulândia*, vol. 1, p. 500. Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, pp. 455-456.

<sup>88</sup> Carta do Pe. Niccolò Lancilotto ao Pe. Inácio de Loyola, Cochim, 26 de Dezembro de 1548, in *Documentação para a História das Missões - Índia*, vol. 4, cit. p. 198. Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, pp. 465, 600-601.

<sup>89</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da Índia* [vol. 1], liv. IV, cap. XXVII, p. 912. Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu...*, pp. 526-528, 600-601 e 644-645.

a ensaiá-lo, julgamos que Castanheda terá sido o último dos cronistas relevantes dos assuntos chineses a ir por aí.

A entrega entusiasmada à tese em causa protagonizada por González de Mendoza revela-se, pois, como uma forma de fazer crónica que parecia ultrapassada pelo correr dos anos. Depois, os motivos são substancialmente enriquecidos na *Historia* de 1585-1586. Esta também é servida por um discurso mais sofisticado do que o dos três escribas que foram Xavier, Lancilotto e Castanheda. Para tanto, basta notar a preocupação, que agora surge, em se associarem os vestígios do magistério do apóstolo à gente “mas principal, y politica” de todo o Reino do Meio<sup>90</sup>. Noutro passo, escreve-se que entre as figuras de ídolos que se encontravam nas províncias de “Paguia y Tolanchia”, fronteiras à Tartária, havia uma por demais venerada, com três cabeças a sair-lhe dos ombros e unidas por uma só vontade e querer. “Lo qual — diz Mendoza sem rebuços —, interpretado Christianamente, se puede entender ser el mysterio de la santissima Trinidad, que los Christianos adoramos, y confessamos por fe: el qual con algunas otras cosas que parece corresponden a algunas de nuestra sagrada, y catolica religion Christiana: se puede verosimilmẽte presumir, que predico eneste Reyno el glorioso Apostol de Christo, santo Thomas”<sup>91</sup>.

O que as aparências mostravam servirá ainda para estabelecer o mesmo nexos de causalidade a propósito de “algunas pinturas al modo y cõ las insignias delos doze Apostoles”, pinturas essas que os naturais se limitavam a identificar com grandes filósofos e personagens respeitáveis do passado<sup>92</sup>. Ao *Tractado* de Gaspar da Cruz vai Mendoza buscar a imagem de mulher com um menino nos braços posta num oratório de “vna casa, a manera de monasterio delos religiosos de aquella tierra”<sup>93</sup> — decerto Guang Yin, a deusa da Misericórdia dos budistas, então a mais venerada na China. Enquanto o dominicano português hesitara entre classificá-la como vestígio dos cristãos de S. Tomé ou como simples gentilidade da terra, Mendoza dá por adquirido tratar-se de novo afloramento da pregação de S. Tomé<sup>94</sup>. Mais desconcertante ainda (não obstante muito do que aí se lê provir de Rada<sup>95</sup>) é a leitura, que também nos oferece, do credo de alguns chineses apenas como se reformulasse o credo cristão. Fá-lo quando escreve ser comum entre eles entender-se “que el cielo es criador de todas las cosas visibles, e inuisibles” e que o “governador para las cosas de alla arriba” não foi criado “sino que es ab-eterno, y que no tiene cuerpo, sino que es espiritu”<sup>96</sup>.

A teoria chinesa da transmigração das almas e da reencarnação, à qual se fez uma referência pouco acima, constituiu outro terreno propício para reencontrar o reflexo desse célebre céptico que foi S. Tomé. Ao transmutá-la em noção partilhada somente entre os grupos inferiores do corpo social da China, González de Mendoza apaga a observação de Gaspar da Cruz sobre as muitas “desistorias e mintiras gentlicas” que lá se observavam — como aquelas “de homens que se tornaram em cães, e depois

<sup>90</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. II, cap. I, cit. fl. 21v.

<sup>91</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. II, cap. I, cits. fls. 21r. e 21v.

<sup>92</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. II, cap. I, cit. fl. 22r.

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, lib. II, cap. I, cit. fl. 22v. Cf. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XXVII, pp. 878-879.

<sup>94</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. II, cap. I, fls. 22v.-23r.

<sup>95</sup> Martín de Rada, *Relacion verdadera...*, fl. 29v. Cf. Miguel de Loarca, *Verdadera relacion...*, Parte II, cap. VII, fls. 146r.-146v.

<sup>96</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. II, cap. II, cits. fl. 23v. Cf. Martín de Rada, *Relacion verdadera...*, fl. 29v.

se tornaram em homens, e de cobras que se tornaram em homens, e outras muitas ignorancias”<sup>97</sup>. No entanto, resta espaço suficiente para uma caricatura cristã do ideal chinês da imortalidade, com a alma dos virtuosos a ser “lleuada al cielo, donde viuiua eternamente, con grandes regalos, hecha Angel” e a dos que o não haveriam sido a ir “en compañía de los demonios, a vnas carceles muy obscuras, donde padeceran con ellos tormentos que nunca se acabaran”<sup>98</sup>.

Do suposto périplo de S. Tomé desde a Índia até à China também se presumia terem resultado exemplos de invulgar entendimento natural como os “muchos como monasterios” que havia em todas as cidades e povoações e os muitos homens e mulheres que viviam nos campos em comunidade, clausura e obediência “a modo de nuestros religiosos”<sup>99</sup>. E era ainda por causa do imaginário legado do apóstolo com altar no Coromandel que se explicava que a embaixada suplicada pelos mendicantes do *Patronato* a Filipe II só podia ser um sucesso — “por sin duda, no solo que la amistad de los Reyes, y sus subditos y vassallos se haria, mas que el Rey y todo el Reyno recibirá la Fe de Christo, por simbolizar muchas ceremonias de las suyas con las Christianas, y porque su viuir moralmente guardaua en muchas cosas los diez mandamientos de la ley de Dios”<sup>100</sup>. Assim terminavam as prosas cautas de Gaspar da Cruz ou Martín de Rada revistas pela pena muito mais solta e loquaz de Juan González de Mendoza.

---

#### 4. Balanço

---

A novidade política da União Ibérica e o entusiasmo pelos assuntos orientais em geral propiciado pela “embaixada” dos quatro jovens príncipes de Kyūshū ao sul da Europa coincidiram com o momento culminante das reivindicações dos poderes seculares de Manila e dos mendicantes do *Patronato* por um lugar na China. Essa circunstância materializar-se-ia na primeira obra capaz de transformar o objecto chinês num sério sucesso de vendas a nível europeu: a *Historia del gran Reyno de la China* de frei Juan González de Mendoza. Se havia alguns anos já que o interesse pelos tópicos que dão título ao livro de Mendoza tocava um pouco todo o Velho Continente, é indiscutível que com as múltiplas edições integrais e parciais da *Historia* do agostinho espanhol que se seguiram à *princeps* romana de 1585 a cobertura noticiosa das coisas chinesas atinge proporções difíceis de repetir. Além de ter envolvido, de imediato, a maioria das principais cidades italianas e ibéricas, antes do termo do século XVI o fenómeno em causa era partilhado por editores inscritos em França, em Inglaterra, na Alemanha e na Holanda.

Texto compósito por excelência, a *Historia de China* faz sobretudo coincidir a herança informativa portuguesa — representada por escritos como os de Duarte Barbosa, João de Barros ou Gaspar da Cruz — com um conjunto de textos e dados inéditos que resultara de algumas das breves incursões nas províncias meridionais chinesas lideradas por agostinhos e franciscanos espanhóis, entre 1575 e 1582. Manila, Cebú ou o Mé-

<sup>97</sup> Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XXVII, cits. p. 881.

<sup>98</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. II, cap. VI, cits. fl. 32v.; idem, *ibidem*, Parte II, lib. III, cap. XVIII, fl. 208v.; Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1, bk. 2, p. 785; Hiroshi Hino, “O conceito da China na Europa quinhentista...”, p. 174.

<sup>99</sup> Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, lib. II, cap. VII, cits. fl. 34r.

<sup>100</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, lib. I, cap. XXXII, cit. fls. 86v.-87r.

xico desempenham aqui o papel de principal retaguarda para a gestação destes novos testemunhos sobre a China, o que — pelo menos formalmente — contrariava a tendência que vinha do início do século XVI e que fazia de Lisboa a tradicional intermediária no encaminhamento de tal qualidade de notícias para a Europa.

Salientam-se desse catálogo hispânico a *Relacion verdadera de las cosas del Reyno de Taibin* de Martín de Rada (1575-1576), a *Verdadera relación de la grandeza del Reyno de China* de Miguel de Loarca (1575) e os relatos da jornadas ao mundo Ming efectuadas por Agustín de Tordesillas em 1579 e por Martín Ignacio de Loyola em 1582. Estas narrativas têm um parente próximo num impresso intitulado *Libro y Relacion de las grandezas del Reyno de la China. Hecho por un frayle descalço de la Orden de Sant Francisco, de seys que fueron pressos en el dicho Reyno, en la isla de Haynam, en el año de 1585*<sup>101</sup>. Provavelmente saído em Espanha em torno a 1586, trata-se do escrito de um dos expedicionários que acompanhavam frei Diego de Oropesa quando o grupo que este trazia de volta da Cochinchina naufragou frente àquela ilha chinesa em finais do mês de Maio de 1583. Por seu turno, o autor franciscano deste último texto utilizou para a sua composição vários dos trechos sobre a geografia, a administração, os cultos e o sistema defensivo dos chins pertencentes a uma importante *Relación* do atrás mencionado Juan Bautista Román, feitor da Fazenda real em Manila. Redigido em Macau em Setembro de 1584, o informe de Román seguiu para Espanha apenso à cópia de uma carta remetida do interior da China para Macau pelo padre Matteo Ricci<sup>102</sup>. A enumeração de todo este conjunto de escritos ajudará a contextualizar com mais rigor a génese e a sorte editorial da *Historia de China* de 1585-1586.

Da síntese luso-espanhola assinada por Juan González de Mendoza nem resulta um arranjo demasiado inovador dos materiais, nem um panegírico da realidade sínica demasiado deslocado do que vinha sendo norma conceber nos escritos da época. É certo que o autor tanto aproveita a oportunidade para divulgar novidades absolutas de tipo estatístico, sobre a orgânica do poder central, o estatuto das regiões metropolitanas de Pequim e Nanquim, as formas de espiritualidade chinesas ou a cronologia, por exemplo, como tem tendência para se rever num certo excesso retórico que amplifica bondades humanas e materiais que outros apontavam de modo menos vincado. No entanto, nota-se-lhe, de modo particular, uma falta de discernimento em assuntos fundamentais de índole geográfica. Isto arrasta consigo um recuo objectivo de informação em face do que até constava em algumas das fontes que manuseou, como sucede com as suas leituras da geometria provincial, do esboço da rede hidrográfica do país e do assunto espectral do Cataio. Por outro lado, Juan de Mendoza faz também prova de uma quase denegação do real quer quando dispensa o contributo português para a história moderna dos contactos entre o Ocidente e a China, quer quando recupera ideias, entretanto abandonadas, que confiavam numa antiga evangelização do Império do Meio como que apenas para ajudar à propagação do acto missionário dos mendicante espanhóis. Mas se Mendoza até pode ter traído o *realismo práctico* característico de boa parte dos testemunhos de tradição portuguesa e jesuítica que aproveitou, o facto é que o texto que foi capaz de projectar como ninguém aí está para demonstrar a eficácia da sua opção.

<sup>101</sup> Ms. British Museum, Londres (1312. C. I), ref. in Charles R. Boxer, *South China...*, p. LXXXIX, n. 1.

<sup>102</sup> Juan Bautista Román, *Relación de Juan Baptista Roman factor de las islas Philipinas en Macan*, Macau, 28 de Setembro de 1584, Ms. Real Academia de la Historia, Madrid, *Colección Juan Bautista Muñoz*, 9-4797, vol. 18, fls. 249r.-258r.

---

## Bibliografia

---

### Fontes

- ANÓNIMO, *Enformação de algumas cousas acerca dos costumes e leys do reino da China, que hum homem honrrado, que la esteve cativo seis annos contou no collegio de Malaca ao Pe. Mestre Belchior*, 3 de Dezembro de 1554, in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, transcrição de Adolfo Casais Monteiro, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, “Apêndice – Cartas”, pp. 738-747.
- ALFARO, Pedro de, O.F.M., *La carta de Frai de Alfaro a Frai Juan de Ayoza Guardián de Nuestra Señora de los Ángeles y Comunes, en Manila su fecha en la ciudad y Río de Cantón a 13 de octubre 1579*, Ms. Archivo General de Indias, Sevilla, *Filipinas*, 84, 1, 16.  
<<http://www.upf.edu/fhuma/eeao/projectes/che/s16/alfaro.htm>>
- ARELLANO, Alfonso de, *Relacion muy singular e circunstanciada hecha por Don Alfonso de Arellano capitán del patax San Lucas del armada del general Miguel López de Legazpi, que salió del puerto de Navedad para el descubrimiento delas Islas del Poniente en 19 de noviembre 1564...* [1565], in *Colección de documentos y manuscritos compilados por Fernández de Navarrete*, vol. 17, Nendel, Liechtenstein, Kraus-Thomas Organization, 1971, pp. 178-213.
- BARROS, João de, *Terceira decada da Asia de Ioam de Barros: Dos feytos que os Portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente* [1563], edição fac-similada da edição *princeps*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 9 (32), 1966.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses* [1551-1561], introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 2 vols., 1979.
- CRUZ, Gaspar da, O.P., *Tractado em que se cõtam muito por est□so as cousas da China, cō suas particularidades, e assi do reyno d’Ormuz, cōposto por el R. padre frey Gaspar da Cruz da ord□ de sam Domingos. Dirigido ao muito poderoso Rey dom Sebastiam nosso Señor* [1569-1570], in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação – E Itinerário de António Tenreiro. Tratado das Cousas da China, Conquista do reino de Pegu*, introdução de Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmão Editores, 1984, pp. 775-887.
- Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Insulíndia*, edição coligida e anotada por Artur Basílio de Sá, vol. 1, 1506-1549, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.
- Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, edição coligida e anotada por António da Silva Rego, vol. 4, 1548-1550, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1950.
- DUEÑAS, Francisco de, *Relacion de algunas cosas particulares que vimos y entendimos en el reyno de China especial de la ciudad de Canton y de otras particularidades de que el padre fray Agustin de Tordesillas que en la Relacion atras da quenta mas larga de toda nuestra Jornada no se quiso ocupar por ser cosas ajenas a su profesión hecha por mi el alférez Francisco de Dueñas* [1580], Ms. Real Academia de la Historia, Madrid, *Velásquez*, tomo LXXV, fl. 8h.  
<<http://www.upf.edu/fhuma/eeao/projectes/che/s16/duenas.htm>>
- ESCALANTE, Bernardino de, *Discurso de la navegacion que los Portugueses hazen à los Reinos y Prouincias del Oriente, y de la noticia que se tiene de las grandezas del Reino de la China. Autor Bernardino de Escalante Clerigo, Comissario del Santo Oficio en la Inquisicion del Reino de Galizia, y Beneficiado en la villa de Laredo. Dirigido al Ilustrissimo Señor Don Christoual de Rojas y Sandoual Arcebispo de Seuilla* [1577], Salamanca, Universidad de Cantabria/Ayuntamiento de Laredo, 1992.

FILIPPE II [de Espanha], *Carta que su Magestad escriuió al Rey de la China*, Badajoz, 11 de Junho de 1580, Ms. Archivo General de Indias, Sevilha, *Patronato*, 24, R. 51.

<<http://www.upf.edu/fhuma/eeao/projectes/che/s16/felip1.htm>>

GONZÁLEZ DE MENDOZA, Juan, O.S.A., *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran reyno de la China: sabidas assi por los libros delos mesmos chinas, como por relacion de religiosos, y otras personas que han estado en el dicho reyno. Hecha y ordenada por el muy R.P.M.F. Juan Gonçalez de Mendoza, de la orden de S. Augustin, predicador apostolico, y penitenciario de Su Santidad: a quien la Magestad Catolica embio con su real carta, y otras cosas, para el rey de aquel reyno el año de MDLXXX. Y agora nueuamente añadida por el mismo autor. Al illust. señor Fernando de Vega y Fonseca, del Consejo de Su Magestad, y su presidente en el real de las Indias. Con vn itinerario del nuevo mundo. Con privilegio* [1586], Madrid, en casa de Pedro Madrigal, a costa de Blas Robles, librero, 1587.

LOARCA, Miguel de, *Verdadera relacion de la grandeça del Reyno de China con las cosas mas notables de alla hecha por Miguel de Loarca soldado vno de los que fueron alla desde las Islas de Luçon que aora llaman philipinas año de 1575* [1575], Ms. Real Academia de la Historia, Madrid, *Colección Salazar*, letra N, t. 4, fls. 113r.-150r.

<<http://www.upf.edu/huma/eeao/projectes/che/s16/loarca.htm>>

POLO, Marco, CONTI, Niccolò de' & SANTO STEFANO, Girolamo de, *O Livro de Marco Paulo – O Livro de Nicolao Veneto – Carta de Jeronimo de Santo Esteuam conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502, com três fac-símiles, introdução e índices* por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922.

RADA, Martín de, O.S.A., *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin, por otro nombre China, y del viage que a el hizo el muy reverendo padre fray Martin de Rada, provincial que fue del orden de St. Augustin, que lo vio y anduuo, en la provincia de Hocquen, año de 1575 hecha por el mismo, s.l.n.d. [c. 1575]*, Ms. Bibliothèque Nationale de Paris, *Fonds Espagnol*, Secc. Mss, n° 325, fls. 16r.-31r.

<<http://www.upf.edu/huma/eeao/projectes/che/s16/radapar.pdf>>

ROMÁN, Juan Bautista, *Relación de Juan Baptista Roman factor de las islas Philipinas en Macan, Macau*, 28 de Setembro de 1584, Ms. Real Academia de la Historia, Madrid, *Colección Juan Bautista Muñoz*, 9-4797, vol. 18, fls. 249r.-258r.; transcrição parcial in Rui M. Loureiro (org.), "Antologia Documental: Notícias da China na Literatura Ibérica (séculos XVI e XVII)", in *Revista de Cultura*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 31, Abril-Junho 1997, pp. 103-107.

ROMÁN, Juan Bautista & RICCI, Matteo, S.J., *Relación de Juan Baptista Roman, Factor de las Islas Philipinas en Macán, Copia de la carta que me escribió el P. Matheo Resi, italiano de la Compañía de Jesús, que reside con el P. Miguel Ruggiero en la ciudad de Juaquín, cabeza desta provincia de los Cantones en los Reynos de la China, i donde reside el Virrey desta dicha provincia, la qual recibí en Macao, veite leguas de Cantón, he cincuenta de Juaquín*, Macau, 28 de Setembro de 1584, Mss. Archivo General de Indias, Sevilha, *Filipinas*, 29; Archivo del Museo Naval, Madrid, *Colección Fernández Navarrete*, XVIII, fl. 146, dto. 31; Real Academia de la Historia, Madrid, *Colección Juan Bautista Muñoz*, 9-4797, vol. 18, fls. 249r.-258r.

<<http://www.upf.edu/fhuma/eeao/prejectes/che/s16/romricc.htm>>

SAN AGUSTÍN, Gaspar de, O.S.A., *Conquistas de las Islas Filipinas (1565-1615)* [1698], edición, introducción e índices por Manuel Merino, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Enrique Florez, 1975.

*Sinica Franciscana*, t. 2, *Relationes et epistolae Fratrum Minorum saeculi XVI et XVII*, ed. Anastasius van den Wyngaert, O.F.M., Quaracchi-Florença, 1933.

TORDESILLAS, Agustín de, O.F.M., *Relacion del viaje q.e hicieron a China fr. Pedro de Alfaro y otros tres religiosos de S. Francº de la provª de S. Josef al año de 1579, hecha por fr. Agustín de Tordesillas* [c. 1580], Ms. Real Academia de la Historia, Madrid, *Velázquez*, t. LXXV, fl. 11h.

<<http://www.upf.edu/fhuma/eeao/projects/che/s16/tordes.htm>>



TRINDADE, Paulo da, O.F.M., *Conquista Espiritual do Oriente. Em que se dá relação de algumas cousas mais notáveis que fizeram os Frades Menores da Santa Província de S. Tomé da Índia Oriental em a pregação da fé e conversão dos infieis, em mais de trinta reinos, do Cabo de Boa Esperança até às remotíssimas Illhas do Japão. Repartida em três volumes. Composta pelo Pe. Frei Paulo da Trindade, filho da mesma Província, leitor jubilado de Prima e Comissário Geral dela, Deputado do Santo Offício [1636], introdução e notas de F. Félix Lopes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 3 vols., 1962-1967.*

## Estudos

BOL, Peter K., "Government, Society, and State: On the Political Visions of Ssu-ma Kuang and Wang An-shih", in Robert P. Hymes & Conrad Schirokauer (eds.), *Ordering the World – Approaches to State and Society in Sung Dynasty China*, Berkeley/Los Angeles/Oxford, University of California Press, 1993, pp. 128-192.

BOXER, Charles R., *South China in the Sixteenth Century – Being the Narratives of Galeote Pereira, Fr. Gaspar da Cruz, O.P., Fr. Martin de Rada, O.E.S.A. (1550-1575)*, Londres, Hakluyt Society, 1953.

CHRISTIE, Anthony, *Chinese Mythology*, Hong Kong, Chancellor Press, 1996.  
*Dictionnaire de la Civilisation chinoise*, préface de Jacques Gernet, introduction d'Alain Thote, Paris, Albin Michel, 1998.

GIRARD, Pascale, *Les Religieux Occidentaux en Chine à l'Époque Moderne – Essai d'analyse textuelle comparée*, Lisboa/Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Comissão dos Descobrimentos, 2000.

GUILLÉN SELFA, José, *La primera embajada del Japón en Europa y en Murcia (1582-1590)*, Murcia, Editora Regional de Murcia, 1997.

HINO, Hiroshi, "A concepção da China na Europa quinhentista e a sua transformação: comparação textual das obras de Gaspar da Cruz e González de Mendoza", in *Religião e Cultura – Resumos do Simpósio Internacional Comemorativo do IV Centenário do Colégio Universitário de S. Paulo (1594-1994)*, Macau, 28 de Novembro-1 de Dezembro de 1994, Macau, Instituto Cultural de Macau/Companhia de Jesus/Ricci Institut, Center for the Pacific Rim University of San Francisco/Diocese de Macau, 1994, p. 28.

HINO, Hiroshi, "O conceito da China na Europa quinhentista e a sua transformação: comparação textual das obras de Gaspar da Cruz e González de Mendoza", in *Revista de Cultura*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 30, Janeiro-Março 1997, pp. 167-175.

JACQUES, Roland, *De Castro Marim à Faifo: Naissance et développement du padroado portugais d'Orient des origines à 1659*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

LACH, Donald F., "China in the eyes of Europe: the Sixteenth Century", in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. 4, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 279-301.

LACH, Donald F., *Asia in the Making of Europe*, vol 1, *The Century of Discovery*, bk. 2, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 1994.

MESQUITELA, Gonçalo, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996.

NEPOTE, Jacques, "Indochina", in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, dir. A. H. de Oliveira Marques, vol. 1, t. 2, *De Macau à Periferia*, Lisboa, Fundação Oriente, pp. 127-147.

OLIVEIRA, Francisco Roque de, *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*. Tesis presentada en el Departamento de Geografía de la Universitat Autònoma de Barcelona para optar al grado de Doctor en Geografía Humana, Departament de Geografia, Universitat Autònoma de Barcelona, 2 vols., marzo del 2003.

<<http://www.tdx.cesca.es/TDX.1222103-16016/>>

- OLLÉ RODRÍGUEZ, Manel, *Estratégias filipinas respecto a China: Alonso Sánchez y Domingo Salazar en la empresa de China (1581-1593)*, Tesis doctoral, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 2 vols., 1998 (policopiado).
- OLLÉ RODRÍGUEZ, Manel, *La empresa de China – De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona, Acontilado, 2002.
- PINTO, J. A. Abranches & OKAMOTO, Yoshitomo & BERNARD, Henri, “Introduction”, in *La Première Ambassade du Japon en Europe, 1582-1592 – Première Partie: Le Traité du Père Frois (Texte portugais)*, ouvrage edité et annoté par J. A. A. Pinto, Yoshitomo Okamoto & Henri Bernard, Monumenta Nipponica Monographs – 6, Tóquio, Sophia University, 1942, pp. VII-XXI.
- PORRAS, José Luis, “Documentos básicos para la Historia del Asentamiento español en Filipinas en el siglo XVI”, in Florentino Rodao (coord.), *España y el Pacífico*, prólogo Leoncio Cabrero, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional/ Asociación Española de Estudios del Pacífico, 1989, pp. 23-44.
- SANTIAGO VELA, Gregório de, *Ensayo de una Biblioteca Ibero-Americana de la Orden de San Agustín por el P. Gregorio de Santiago Vela de la Provincia del Smo. Nombre de Jesús de Filipinas. Obra Basada en el Catalogo Bio-Bibliografico Agustiniiano del P. Bonifacio Moral*, Madrid/ Escorial, Imprenta del Asilo de Huerfanos del Sagrado Corazón de Jesús/ Imprenta del Real Monasterio, 7 vols., 1913-1925.
- SCHIPPER, Kristofer, “Taiöisme”, in *Dictionnaire de la Civilisation chinoise*, pp. 696-710.
- SCHIPPER, Kristofer, “Yu le Grand, empereur (~IIe mill.)”, in *Dictionnaire de la Civilisation chinoise*, pp. 800-801.
- TEIXEIRA, Manuel, “Estabelecimento dos Franciscanos em Macau”, in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Macau, Câmara Eclesiástica da Diocese de Macau, 39 (445), Abril de 1940, pp. 868-885.
- TEIXEIRA, Manuel, “Primeira missão dos Agostinhos à China”, in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Macau, 56 (645), Janeiro de 1958, pp. 501-505.
- TEIXEIRA, Manuel, *Macau no séc. XVI*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1981.
- VALE, António M. Martins do, *Entre a Cruz e o Dragão – O Padroado Português na China no séc. XVIII*, Lisboa, Fundação Oriente, 2002.
- WHYTE, Martin King & PARISH, William L., *Urban Life in Contemporary China*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 1984.